

LEITE



Leite é bom. Esta é uma pura verdade.



Políticas que adiam o futuro

Jorge Jordão, Presidente da Confederação dos Serviços de Portugal

13 Jul 2018

Aquilo de que Portugal menos necessita é da estéril verborreia baseada em cálculos políticos de circunstância, sem atender às debilidades estruturais do país.

O Banco de Portugal anunciou recentemente que a dívida pública nacional alcançou em maio o valor mais alto de sempre. Apesar de em junho se ter procedido a um reembolso com alguma relevância que nos remeterá provavelmente para um limiar da ordem dos 122%-123% do PIB, levanta-se de novo a questão da sustentabilidade da dívida que continua a pesar dramaticamente sobre os nossos ombros.

Neste contexto, o Governo tem emitido sinais errados em matéria de captação de investimentos, algo de que estamos profundamente carenciados. Em vez de estimular e dinamizar o nosso tecido económico, inculcando-lhe confiança e previsibilidade através das suas políticas, os nossos governantes parecem apostados em retardar o crescimento, abrandar a criação de empregos com qualidade e estagnar a criação de riqueza.

Só assim se explica que persistam em tornar ainda mais rígida a legislação laboral portuguesa e satisfazer as demagógicas reivindicações dos seus parceiros da esquerda parlamentar ao agravar a tributação sobre os lucros das empresas, como já se anuncia no âmbito das complexas negociações de bastidores destinadas a viabilizar o Orçamento do Estado para 2019.

Infelizmente, continuamos a travar os debates errados. Aquilo de que Portugal menos necessita é da estéril verborreia baseada em cálculos políticos de circunstância, sem atender às debilidades estruturais do país. O primeiro-ministro deve estar atento aos sinais de alarme que voltam a acender-se numa economia frágil como a nossa, ainda mal refeita da pré-bancarrota de 2010-2011 que conduziu à terceira – e mais dura – intervenção externa a que fomos sujeitos em quatro décadas.

Sem estímulos à economia que permitam a criação de riqueza não pode haver finanças sãs. Pretenderemos continuar sujeitos ao garrote da dívida e às imposições dos credores externos ou criar, finalmente, condições para um quadro económico dinâmico e sustentável que funcione como garantia de uma genuína independência nacional?

Esta é a pergunta que deve ser dirigida aos nossos decisores políticos, agora tão entretidos a traçar cenários sobre a manutenção da “geringonça” ou o repúdio da eventual formação de um hipotético “bloco central”. Esses debates são mera espuma do quotidiano para preencher tempo de antena nos serões televisivos, mas que iludem as questões de fundo, cada vez mais inadiáveis.

Portugal necessita verdadeiramente de políticas com um desígnio estratégico que não se confundam com respostas a meras contingências de curto prazo.

PARTILHAR

6

PARTILHAS